política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Falta gestão de risco

"No Brasil, a gente faz gestão de risco, como faz gambiarra", afirmou o professor e físico Osvaldo Moraes, diretor do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em entrevista com parlamentares à TV Câmara, ao avaliar o evento extremo de um desastre como as cheias no Rio Grande do Sul.

Capacidade de resposta

Na opinião de Osvaldo Moraes (foto), "nós temos que ter capacidade de resposta. Acho que o Brasil avançou muito; hoje nós temos a previsão do tempo adequada, nós temos previsão hidrológica, nós temos defesa civil bem estruturada". Segundo o professor, "existem dois eixos no sistema de alerta que nós demos pouca atenção: um deles é a comunicação, nós precisamos aprender a comunicar o risco".



Conhecer o rio

Outro ponto que é importantíssimo, alerta o gaúcho de Porto Alegre Osvaldo de Moraes, "é a percepção e conhecimento do rio. As populações que estão expostas precisam compreender e conhecer o rio. Para isso é necessária educação. Se nós não tivermos um sistema de educação para levar as populações como elas devem conhecer o rio, perceber o rio, e se nós não tivermos um sistema efetivo de comunicação, tudo o que nós fizermos de investimento, em tecnologia, vai ser apenas a solução de uma parte do problema".

Planejamento urbano

"Nós não trabalhamos para reduzir a vulnerabilidade. Quando nós não fazemos um planejamento urbano com a ocupação adequada nos espaços urbanos, nós não deixamos a área apropriada para a drenagem, nós simplesmente aumentamos a vulnerabilidade urbana por ações antrópicas, ou seja, é a ameaça antrópica que determina grande parte de legislar."

Desconexão entre quem decide

Para o físico Osvaldo Moraes, "o que acontece é que nós temos uma desconexão entre os tomadores de decisão, entre os legisladores, e a ciência. Muitas vezes a ciência não é ouvida como deveria ser, para fazer a orientação das políticas públicas". Na avaliação do físico: "não existe um culpado; tudo faz parte de uma cultura social, uma cultura como nós crescemos. Isso não é apenas no Brasil, isso eu acho que é geral". Enfim, além de tecnologia, a comunicação deve estar entre as prioridades, para evitar que catástrofes como as que atingem o estado do Rio Grande do Sul acabem arrasando cidades inteiras.

Sague do FGTS

No contexto da tragédia vivida pelos gaúchos, a deputada federal gaúcha Franciane Bayer (Republicanos) propôs uma alteração na lei do saque do FGTS. Em requerimento ao Ministério do Trabalho e Emprego, a parlamentar sugeriu que a União aumente a possibilidade de saque para vítimas de desastres naturais. A última atualização desse valor foi feita em 2012, quando o limite para esses casos passou de R\$ 2.600,00 para R\$ 6.220,00. É esse último valor que a deputada pede que seja corrigido para a realidade atual, conforme critérios do governo.

Recomeçar a vida

"A ampliação do saque do FGTS em caso de desastres naturais é mais uma medida para auxiliar e amparar quem perdeu tudo com as enchentes e vai precisar recomeçar a sua vida. E já fica como legado, como uma política para tragédias que possam vir a ocorrer em todo o Brasil", acentuou a parlamentar gaúcha.

Crises climáticas têm de

Entrevista Especial

Bruna Suptitz

politica@jornaldocomercio.com.br

Um evento climático extremo como o que está atingindo o Rio Grande do Sul nas duas últimas semanas já era previsto pelos cientistas climáticos mas não para agora. O geógrafo e climatologista Pedro Valente, pesquisador do Centro Polar e Climático da Ufrgs, lembra de estudos apontado que episódios como este ocorreriam a partir de 2030. As projeções, no entanto, se anteciparam em quase uma década, e estão castigando o Estado desde o ano passado.

Fenômenos como este que estamos vivenciando são consequência das mudanças climáticas, por sua vez resultantes da intervenção humana no meio ambiente e na temperatura média da atmosfera - o aquecimento global. Acontece que "essa mudança, na intensidade e na frequência dos eventos, veio muito antes do que se esperava", aponta Valente. Ou seja, embora enchentes tenham sim ocorrido em outros momentos da história do Estado, "a questão é que o intervalo de tempo entre esses eventos está ficando cada vez menor" e "as chuvas chegam em volumes iguais ou mais intensos em menos tempo".

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Pedro Valente explica a relação da chuva intensa com o El Niño, com base nos estudos que realizou sobre as precipitações em solo gaúcho ao longo do século XX. Ele ainda alerta para o impacto social e econômico da crise climática em curso e defende investimento em pesquisa e prevenção.

Jornal do Comércio - A tragédia em curso no Rio Grande do Sul é considerada a maior catástrofe climática do Estado e um fenômeno climático extremo. O que são esses conceitos?

Pedro Valente - Dentro do cenário climático, temos hoje um El Niño muito forte, apesar de ele já ter entrado em declínio. Mas tivemos um episódio muito forte em nível global. A temperatura média da superfície

oceânica no mundo em 2023 foi muito mais alta do que em 2022. Em 2024, a temperatura segue os mesmos padrões de 2023. Então, em nível global, temos o El Niño contribuindo para essas mudancas climáticas. Esse fenômeno natural afeta toda a dinâmica da climatologia brasileira. Em períodos de El Niño, a umidade que está na Amazônia acaba se deslocando na direção dos Andes. No entanto, quando chega na cordilheira, essa umidade é barrada e, pelo próprio movimento da Terra, é conduzida até o Rio Grande do Sul. O Estado está, de certa forma, no meio do caminho entre a Antártida e a Amazônia. Isso nos coloca em uma situação de muita umidade, de muitas condições para precipitações altas. Além disso, muitos sistemas de baixa pressão e muitos ciclones que se desenvolvem no Atlântico Sul e têm origem na Antártica acabam afetando o Rio Grande do Sul. Dessa forma, nós somos afetados tanto pelo que vem do Sul quanto pelo que vem do Norte.

JC - Como disse, a gente está nesse meio do caminho. Mas parte da Argentina também está. Isso tem acontecido lá?

Valente - Tem. A minha área de estudo no doutorado foi justamente o sudeste da América do Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uruguai e Argentina. A gente vê uma mudança no padrão das chuvas, como elas estão ficando mais intensas. Mas a intensificação das chuvas não está ocorrendo na mesma proporção nas diversas regiões. Se compararmos o nordeste da Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul, vemos que aqui

é o lugar onde as chuvas estão ficando mais intensas. Apesar disso, no ano passado, o Uruguai também teve um total anual de chuvas tão alto quanto aqui. Ao mesmo tempo, a Argentina está ficando cada vez mais chuvosa, mas também possui uma onda de calor muito intensa. Aqui no Brasil, também temos essa onda de calor, mas ela se concentra mais no Centro-Oeste e no Sudeste do País, e acaba fazendo com que a umidade também venha para o Sul e afete o Rio Grande do Sul.

JC - Citou a mudança no padrão de chuva. Qual é o padrão e o que é essa mudança?

Valente - No Rio Grande do Sul, de 1900 até 1982, tinha episódios intensos de chuva, especialmente em períodos de El Niño. A partir de 1982, houve uma mudança no padrão pluvial, os valores de chuvas aumentaram e a duração de cada evento mudou. Na enchente de 1941, tivemos volume de chuva similar aos que estamos vendo agora, um pouco menor até, mas a chuva caiu no Estado todo, em média, em 22 dias. Agora, os mesmos valores de chuvas foram registrados em 5 dias. A duração dos eventos está mudando e as chuvas chegam em volumes iguais ou mais intensos em menos tempo. Além disso, tem a diminuição da frequência. Chuvas que ocorriam de 10 em 10 anos, ou de 20 em 20, agora estão ocorrendo em menos tempo, a cada cinco anos ou a cada dois. Nos últimos sete meses, os municípios do Vale do Taquari registraram três das cinco maiores enchentes de suas histórias. As estações de transição, outono e primavera, estão exibindo os maiores eventos



"Sistemas que já existem precisam ser reconstruídos ou replanejados, com base no novo conhecimento que se tem"